

Protocolo de Consulta
Prévia, Livre e Informada
do Território Quilombola
Sítio Conceição

Barcarena - Pará - Amazônia - Brasil

ESTE PROTOCOLO DE CONSULTA FOI CONSTRUÍDO PELOS
MORADORES E MORADORAS DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA
INDÍGENA SÍTIO CONCEIÇÃO E APROVADO EM ASSEMBLEIA
GERAL REALIZADA NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2022

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Associação da Comunidade Quilombola
Indígena Sítio Conceição – ACOMQUISC.

Comissão de Coordenação de Consulta

Coordenação da ACOMQUISC

Organizações parceiras

Associação dos Agroextrativistas, Pescadores
e Artesãos do Pirocaba – ASAPAP

Federação de Órgãos para Assistência Social e
Educativa – FASE

Grupo de Estudo Sociedade, Território &
Resistência na Amazônia - GESTERRA / UFPA
Núcleo de Altos Estudos da Amazônia - NAEA/
UFPA

Coordenação das Associações das
Comunidades Remanescentes de Quilombos
do Pará - MALUNGU

TERRA DE DIREITOS

Território Quilombola Gibrié

Território Tradicional Tauá

Território Quilombola Sítio São João

Território Quilombola Cupuaçú

Defensoria Pública do Pará - DPE

Facilitadoras(es)

Dilmara Araújo

Larissa Marinho

João Gomes

José Roberto de Jesus da Silva Cravo (Chipp)

Secretaria

Maria Eduarda Furtado Moraes

Revisão

Feita em Assembleia Geral do dia 22.10.2022
pelos membros da Comunidade Acomquisc

Projeto gráfico

Rodrigo Figueiredo

Primeira edição: outubro de 2022

Tiragem: 800 exemplares



QUEM SOMOS



José Lemos da Silva Cravo e Areolina Celestino da Silva
Ancestrais do TQ Sítio Conceição – Acervo de Roberto Chipp

Somos a COMUNIDADE QUILOMBOLA INDÍGENA SÍTIO CONCEIÇÃO, certificada pela Fundação Cultural Palmares em 04 de outubro de 2016, constando no livro de cadastro geral nº 018, registro nº 2.423, fl. 044. Lei nº 8.783, de 20 de novembro de 2018 declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação da Comunidade Quilombola Indígena Sítio Conceição – ACOMQUISC. Temos o direito de ser o que somos, pois nossa identidade fora construída por nossos antepassados a partir de nosso ancestral José Lemos da Silva Cravo, negro, nascido em 04 de agosto de 1926, filho de Bertino da Silva Cravo e Joana da Silva Cravo, conforme título de legitimação concedido pelo INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA, Governador do Estado do Pará, Exmo. Sr. Alacid da Silva Nunes de acordo com artigo 10 do Decreto – Lei nº 57/69 publicado no Diário Oficial de 23 de agosto de 1969. Título Definitivo em favor de VERA LÚCIA DA SILVA CRAVO, filha de JOSÉ LEMOS DA SILVA CRAVO.







8

Nós, DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÍTIO CONCEIÇÃO nascemos e nos criamos nesse território desde a década de 1926. A Família de seu José Lemos da Silva Cravo e Areolina Celestino da Silva (Conhecida como Maria Curió) juntamente com seus 07 filhos: Vera Lúcia da Silva Cravo, Raimundo da Silva Cravo, Maria do Livramento da Silva Cravo, Paulo Roberto da Silva Cravo, Ronaldo da Silva Cravo, José Roberto de Jesus da Silva Cravo (Chipp) atual presidente da Comunidade Quilombola Sítio Conceição e Glauceca Daniele da Silva Cravo, que residiam no Sítio Conceição, muito antes da implantação do complexo industrial Albrás/Alunorte de-

nominado na época, juntamente com a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena – CODEBAR na década de 1970/80, onde fomos retirados de nossas terras por essa empresa pública federal. Essa transformação de vida provocou um choque cultural que permanece até os dias de hoje, a partir da chegada do “desenvolvimento” conseguimos resistir a todo tipo de ameaça em nosso território. Somos filhos dessa terra e herdamos de nossos antepassados a vontade de lutar e resistir. Hoje estamos limitados e impedidos de exercer nossas atividades culturais de antigamente. A vida no Sítio Conceição era baseada na fabricação de carvão por seu José, coleta de frutas como o bacuri, pupunha, bacaba, açaí, castanha, uxi, cupuaçu entre outras. Maria Curió era conhecida também pelo seu



dom do artesanato, fabricação de louças de barro como alguidar pra amassar açaí, panela, tigela, vasos, cinzeiros, cachimbo, pote e etc. A matéria prima era extraída do Rio Murucupi, hoje totalmente poluído. Havia trabalhos relacionados a agricultura, caça, pesca, embarcação à remo, faia de batelão, o relógio era o sol, comunicação por meio de grito. Alguns produtos produzidos no Sítio Conceição eram vendidos em Belém, quando chegavam de volta pra casa com as compras avisavam batendo no toldo do barco. Na entrada do Sítio tinha muita árvore de angelim, o prefeito da época Laurival Cunha mandou tirar tudo antes da Codebar pra vender. Festas tradicionais aconteciam, Santa Ana e São Tomé, saía de São Lourenço da Igreja de São Francisco Xavier com destino a Igreja de Nossa Senhora das Dores na Vila de Itupanema. Existia

10



Foto: Atividade “Quem sou eu?” na oficina Identidade Território.
Fonte: GESTERRA, 2022.

o pajé João Santana, parteiras Durica Santana e Filomena Cravo, a relação com a natureza era sempre mantida de maneira respeitosa, plantas medicinais como cipó bezerra, catinga de mulata, pau darco tudo tinha na natureza para nossas necessidades. O Rio Murucupí simboliza nossa história de vida e luta, era de uso comum e sempre preservado por todos. Hoje serve de depósito de rejeitos químicos de empresas e despejo de esgotos.

Decidimos construir nosso PROTOCOLO DE CONSULTA, porque somos constantemente ameaçados de novamente sermos expulsos de nosso território, primeiro foi pela CDI (Companhia do Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará), depois pela CODEBAR (Companhia de Desenvolvimento de Barcarena), Prefeitura Municipal de Barcarena e a SPU (Superintendência do Patrimônio da União no Pará). Temos o direito assegurado de sermos consultados sobre qualquer medida administrativa ou legislativa que nos afetam.

Somos um povo que luta diariamente pela afirmação da sua identidade, que luta pela visibilidade da sua comunidade, que busca o respeito das autoridades locais, que mantém a esperança de um dia ter seus direitos reconhecidos e assegurados, que não se cansa de continuar resistindo pela preservação do seu território mesmo diante da ambição do capitalismo, que não se cansa de defender aquilo que acredita em prol de seus descendentes. Enfim, somos mais que uma comunidade que exis-

te, somos um povo que resiste, uma raça que persiste, somos Quilombo Sítio Conceição! (Edineide J. Damião, moradora do Sítio Conceição).

Somos de família tradicional quilombola, da região Barcarena-PA. Criados na terra, e passamos por resistência à terra no passado, e que hoje lutamos pelos nossos direitos através de políticas públicas de qualidade (Thiago Rocha, morador do Sítio conceição).







ONDE ESTAMOS E COMO NOS ORGANIZAMOS

14



Eu lembro que eu gostava de pescar com meus irmãos e meu pai no rio Murucupí. Eu lembro que a gente até brincava de quem pescava mais peixes, era muito divertido, outra lembrança era quando íamos pro mato fazer caieira. Meu pai ensinava como fazer uma caieira pequena, a lembrança ainda e muito forte, outra lembrança era a colheita de frutas, como bacuri, mari, uxí, naja, cupuaçu, manga, melancia e maxixe. E minha mãe contribuía com sua fabricação de louça e barro, tirada do rio Murucupí; ela fabricava alguidar, pote, panelas, tigelas, cinzeiros no formato de um pássaro, nossa vida era maravilhosa, tudo natural sem poluição nenhuma.”

(Memória de José Roberto de Jesus da Silva Cravo).





A comunidade quilombola indígena Sítio Conceição está localizada no Município de Barcarena, Estado do Pará, Distrito Murucupí, conforme o Decreto-lei Estadual n.º 4.505, de 30-12-1943, situado à margem do Rio Murucupí em Vila dos Cabanos. O quilombo Sítio Conceição faz vizinhança com mais quatro quilombos, totalizando cinco quilombos existentes no município de Barcarena, a saber São Sebastião do Burajuba; Ramal Cupuaçu/Boa Vista; São João e Gibrié de São Lourenço.

A comunidade se organiza politicamente na Associação da Comunidade Quilombola Indígena Sítio Conceição - ACOMQUISC. Foi fundada com o nome de Associação dos Moradores do Sítio Conceição em 2010 e somente em 4 de junho de 2014 reunidos em Assembleia Geral com o objetivo da Autodefinição como remanescente dos Quilombos. E nessa ocasião, foi formalmente nomeada como Associação da Comunidade Quilombola Indígena Sítio Conceição - ACOMQUISC e José Roberto Cravo assume a liderança da Comunidade.

HISTÓRIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS



20

As terras que anteriormente tinham como atividade a agricultura, coleta, pesca, extrativismo, artesanato e usufruíam de autonomia econômica relativa, mediante o comércio, a troca de gêneros, vários deles destinados à cidade de Belém. O modo de vida totalmente seguro e estável, porque tínhamos nossas terras para sobreviver dela, porque podíamos plantar, caçar, pescar, fazer farinha e carvão, para se manter junto com nossos filhos. Nesse tempo a terra era ótima para plantar, ao contrário dos tempos de hoje.




Fotos: Contaminação do rio Murucupí.
Fonte: Acervo pessoal de Roberto Chipp



O rio Murucupí que corta o quilombo Conceição e outros quilombos vizinhos servia como meio de subsistência, nele se podia pegar o peixe, colocar o matapí para pegar o camarão, nele também se tirava o material para fazer a louça de barro, e lamentavelmente com a chegada do “desenvolvimento Industrial” o rio encontra-se poluído, além dos despejos de produtos químicos das fábricas de alumínio, também o sistema de esgoto da Vila dos Cabanos é descarregado dentro desse rio.

Eu lembro que eu gostava de pescar com meus irmãos e meu pai no rio Murucupí. Eu lembro que a gente até brincava de quem pescava mais peixes, era muito divertido, outra lembrança era quando íamos pro mato fazer caieira. Meu pai ensinava como fazer uma caieira pequena, a lembrança ainda é muito forte, outra lembrança era a colheita de frutas, como bacuri, mari, uxí, naja, cupuaçu, manga, melancia e maxixe. E minha mãe contribuía com sua fabricação de louça e barro, tirada do rio Murucupí; ela fabricava alguidar, pote, panelas, tigelas, cinzeiros no formato de um pássaro, nossa vida era maravilhosa, tudo natural sem poluição nenhuma.



Maria Curió, fazendo louça de barro
Foto: Acervo de Roberto Chipp

Foto: TQ sítio Conceição, Cabana Clube da Albrás e Escola Pitágoras, atualmente, no mapa que foi construído aparece esses locais. Ano de 1984.
Fonte: Rede social e arquivo pessoal de Roberto Chipp.

Essa segunda parte da história, do dito desenvolvimento ou progresso, se inicia na década de 1970/1980 com a chegada do Complexo urbanístico-industrial-portuário Albrás/Alunorte (atual Hydro Alunorte), em que Areolina Celestina da Silva, conhecida como dona Maria Curió casada com o senhor José Lemos da Silva Cravo proprietários do antigo Sítio Conceição deu início na luta pela garantia de seus direitos, juntamente com seus sete filhos.

Para a construção do Complexo muito da paisagem de Barcarena foi alterada, e o Sítio Conceição teve grande perda, para dar lugar a Vila dos Cabanos, rua Félix Clemente Malcher, o Terminal Rodoviário, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Vereador Marcos Martins Magno, o quartel da 14º Batalhão da Polícia Militar - BPM, Associação Recreativa Cabana Club, área de Psicultura e, outras formas de intrusão no território.

Para isso foi criada a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR)¹, juntamente com a Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI)² do Estado do Pará responsáveis pela expropriação dos moradores que tradicionalmente habitavam o lugar.

1 Lei n. 6.665, de 3 de julho de 1979.

2 O Governo do Estado do Pará cria a CDI através do decreto 4. 686 em 17/12/1976.

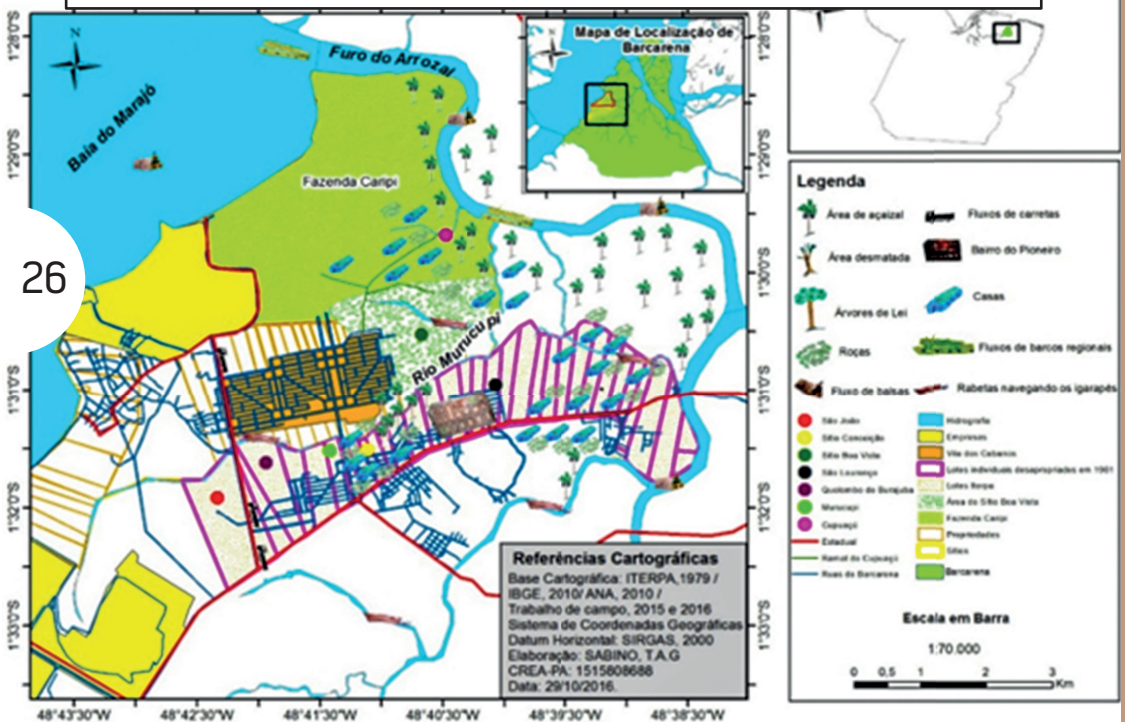
[FOTOS DE BARCARENA COM A CHEGADA DA ALBRÁS]
Fonte: Rede social e arquivo pessoal de Roberto Chipp.



Foto: Vila dos Cabanos sendo construída, no lugar das famílias tradicionais de Barcarena.
 Fonte: Rede social e arquivo pessoal de Roberto Chipp



CARTOGRAFIA SOCIAL DE SÍTIOS DESAPROPRIADOS PELA CODEBAR (MAIA, 2017, p. 146)
MAPA 1 - CARTOGRAFIA SOCIAL DE SÍTIOS DESAPROPRIADOS PELA CODEBAR





Quando o “progresso” chegou ao sítio, com seus aterrorizantes tratores, o seu José Lemos da Silva Cravo e os demais em sua volta foram obrigados a aceitar o deslocamento para Burajuba e em seguida para o bairro Laranjal, construindo uma casa em um terreno de 10 x 30 metros. Seus filhos e netos afirmam ambos não sabiam ler e escrever, nem possuíam documentos, também não tinham conhecimento do valor irrisório das indenizações e os efeitos que desses acontecimentos poderiam causar em suas vidas, ou seja, foram covardemente enganados.

A criação da Albrás/Alunorte foi uma verdadeira devastação, um processo de invisibilidade dessa população, que continuou e continua na luta.



Foto: Frente de Barcarena sede (1980) – Ruas sendo abertas na Vila dos Cabanos
Fonte: Rede social e acervo pessoal de Roberto Chipp

A partir de 2007 com o processo de falência da CODEBAR, começa a leiloar as terras que ainda não haviam sido urbanizadas, as comunidades quilombolas de Barcarena se organizam para paralisar o leilão, a partir dessas ações em 2008 o Sítio Conceição retoma parte do seu território as denominadas Quadras 035 – 036 – 037 e 396. E juntamente com outras famílias vindas de outros processos de expropriação e de luta passam a resistir para permanecer no território quilombola Sítio Conceição, “são duas fases, a raiz e as famílias que fortalecem com a retomada” (Edineide J. Damião, quilombola e moradora do Sítio Conceição).

MAPA 2 – COMUNIDADES QUILOMBOLAS INDÍGENA EM TORNDO DO RIO MURUCUPI
 MAPA ELABORADO POR MAIA (2017, P 30) SÃO IDENTIFICAS AS COMUNIDADES TRADICIONAIS,
 INCLUINDO QUILOMBO SÍTIO CONCEIÇÃO

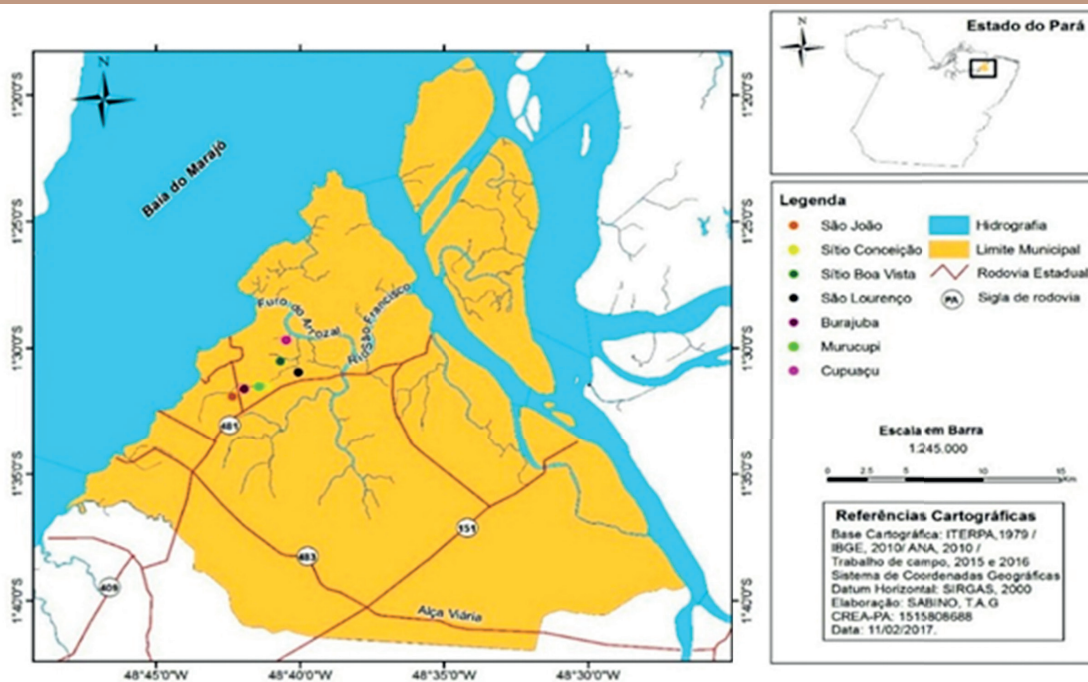


Foto: Início da retomada em 2008
Fonte: Acervo pessoal Roberto Chipp.

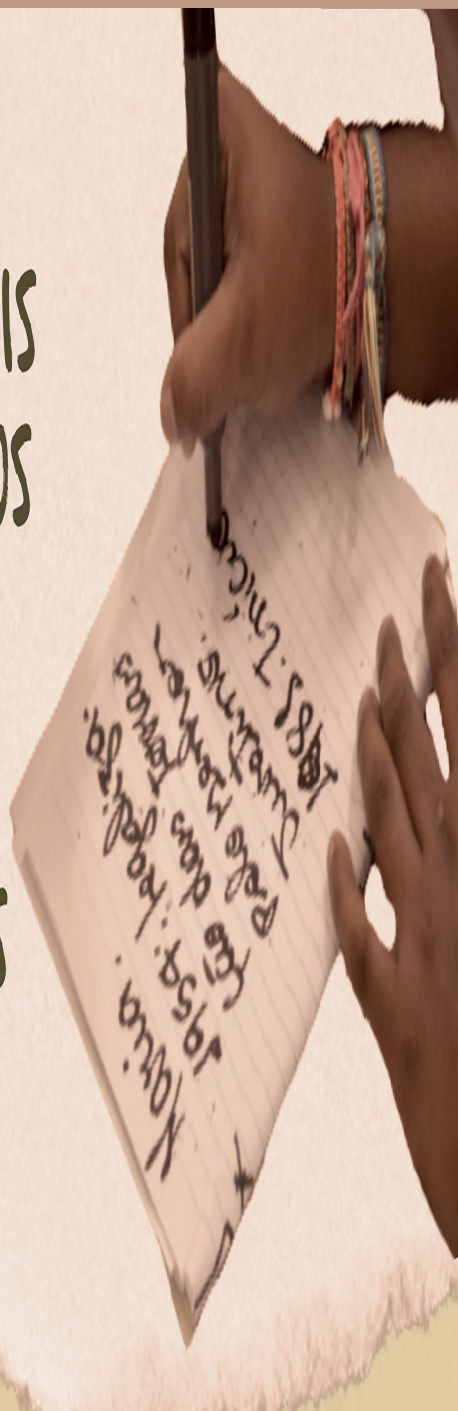


“

Ainda em 2008 nos mobilizamos para barrar o leilão da COBEBAR, porque esse ‘cinturão’ ai ser todo leiloado”

Roberto Chipp

**FORTALECENDO
CAPACIDADES LOCAIS
FRENTE AOS RISCOS
NATURAIS E
ANTRÓPICOS NO
BAIXO TOCANTINS**





Nós não estamos tomando terra de ninguém
estamos lutando pelo que é nosso”

Maria Cravo



Tudo que nós queria nós tínhamos aqui... Nós
não sabíamos o que era pobreza...”

Ronaldo Cravo





“

Quando viemos pra cá achamos coisas de barro, tinha uxi também, morávamos de baixo de lona, nós éramos pessoas leigas e acabamos jogando fora. Mas, a infância das minhas filhas foi aqui”

Eucione Furtado

Não deixamos de ser perseguidos, e ocorre nova expropriação em abril/2009, a prefeitura entra com uma ação de reintegração de posse, e saímos mais uma vez. No mês seguinte desse mesmo ano conseguimos derrubar a ação da Prefeitura e retomamos ao nosso território. A partir dessa fase o território quilombola Sítio Conceição constrói suas casas a margem do Rio Murucupí compreendido entre as quadras denominadas atualmente como Quadras 035,036,037 e 396, entre as avenidas Felix Clemente Malcher, Cônego Batista Campos e Dom Romualdo Coelho, continua reafirmando sua identidade.

36

FOTO: Primeiras casas depois da retomada
Fonte: Acervo pessoal Roberto Chipp, 2009/2010





No processo de construção deste Protocolo de CPLI a comunidade desenha a Árvore da resistência do Sítio Conceição, que consta a raiz da família Cravo e o segundo momento com as famílias que vieram depois da retomada do território a partir de 2008, com o sobrenome das famílias ligando ao irmão da família Cravo que trouxe para fazer parte do quilombola/indígena Sítio Conceição, demonstrando que existem e continuam lutando pelos seus direitos.

A luta tem sido constante e muitas são as ações de agentes externos que o nosso território precisa enfrentar, mas, não pensamos em desistir.

- HYDRO/ALUNORTE (antiga ALBRÁS/ALUNORTE - refinaria de alumina)
- PARAGOMINAS S.A. (Linha de transmissão 230 KV Vila do Conde e Mineroduto de bauxita operada pela HYDRO)
- EQUATORIAL TRANSMISSÃO (Linhas de transmissão Vila do Conde-Marituba-Castanhal e Subestações associadas)
- CELBA - Centrais Elétricas de Barcarena S.A (UTE Novo Tempo Barcarena)
- CEVITAL INTERNACIONAL DO BRASIL LTDA - Terminal de uso Privado e Complexo Agroindustrial em Barcarena/Pa.

- ÁGUAS DE SÃO FRANCISCO CONCESSIONÁRIA DE SANEAMENTO S.A (Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Pioneiro)
- IMERYS (14 crimes ambientais cometidos do ano de 2004 ao ano de 2021, entre os quais: vazamento de rejeitos das bacias, rompimento de dutos, lançamento de fuligem, contaminação de lençóis freáticos, explosão e incêndio de planta industrial – Fonte: ALEPA (2018), FLORENZANO, 2019(a), 2019 (b), Ver-o-fato(2018) e Romanews (2018)
- MARK'S ENGENHARIA (lavagem dos caminhões próximo ao território com rejeitos da bacia DRS2 da Hydro)

FORTALECENDO CAPACIDADES LOCAIS

FRENTE AOS RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS NO BAIXO TOCANTINS

EU VOU DE BUBUIA... NA ENCHENTE DA MARE

PRODUÇÃO: @Ilustrapreice.PA @Delendecastro

APOIO: DONA MARIA

O RIO MURUCUPI ESTÁ POLUÍDO DE RESÍDUOS QUÍMICOS DA BACIA DA HIDRO E DO SISTEMA DE ESGOTO DA VILA DOS CABANOS

OS SÍMBOLOS FALAM MUITO

O PROTOCOLO É CONSCIÊNCIA DE IDENTIDADE

A APROVAÇÃO DO PROTOCOLO É INTERNA E DEVE SER DECIDIDA POR TODOS

CONVERSA SOBRE A CARTILHA: NATUREZA, TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL: BASES MILENARES DOS DIREITOS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

O QUE É UMA CONVENÇÃO? LOCAL DE ENCONTROS E REUNIONES PARA ENCAMINHAR E DECIDIR DELIBERAÇÕES

CADA IDENTIDADE TEM SUAS PARTICULARIDADES E FERRAMENTAS

É UMA ESTRATÉGIA DE DEFESA

A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO QUILOMBO SÍTIO CONCEIÇÃO TEM SUA PRÓPRIA ORGANIZAÇÃO

POR QUE SE PERMITE PERDER TEMOS QUE LUTAR!!

DINÂMICA DE SOCIALIZAÇÃO

VIDEO TAPAJÓS: A LUTA PELO RIO DA VIDA

OS PROJETOS PREFEREM PAGAR MULTAS DO QUE DEIXAR DE POLUIR OU DESTRUIR

REALIZAÇÃO: FASE, FUNDO DEMA, GESTERRA

APOIO: OXFAM Brasil

FUNDED BY ELABORADO POR INSTITUIÇÃO DE PESQUISA DO BRASIL

Também temos as ameaças da própria Prefeitura Municipal de Barcarena (PMB) com várias ações: Investindo nos títulos individuais descaracterizando a luta coletiva, pois nosso Título Coletivo enquanto comunidade quilombola já está em processo junto ao INCRA; foi cercada a área de reserva da comunidade em 2019 pela PMB, destruindo plantações, quintais para a construção do muro e impedindo o acesso do rio, da mata e de suas práticas tradicionais realizadas no local, a PMB reivindicou o espaço como leilado pela CODEBAR e atualmente a comunidade luta para retoma-la. E ainda temos a ausência/omissão de serviços públicos na comunidade Sítio Conceição.

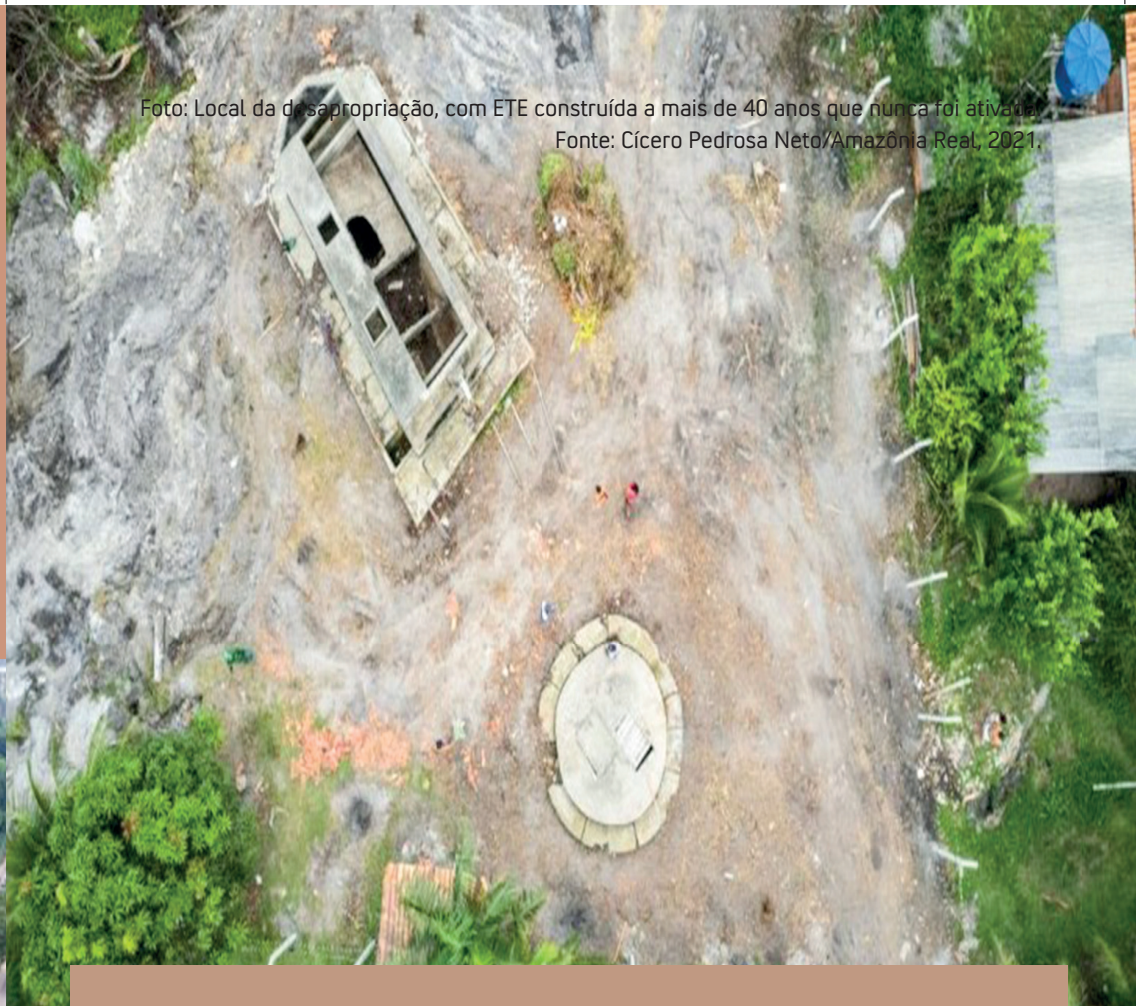
40

Foto: Parte do Território da Comunidade Sítio Conceição cercada pela Prefeitura Municipal de Barcarena.

Fonte: Cícero Pedrosa Neto/Amazônia Real, 2020.



Foto: Local da desapropriação, com ETE construída a mais de 40 anos que nunca foi ativada.
Fonte: Cícero Pedrosa Neto/Amazônia Real, 2021.

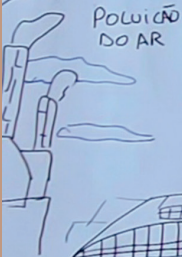
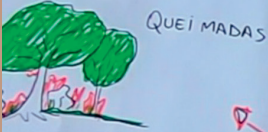
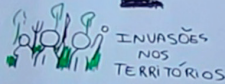
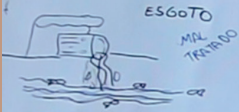


A última ação da PMB foi a tentativa de expansão e ativação de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), obra da concessionária Águas de São Francisco dentro do território quilombola indígena Sítio Conceição em 2021, em pleno processo Pandêmico (COVID-19) de alerta de risco sanitário em que legalmente não se poderia fazer esse tipo de investida por meio da Lei Estadual 9.212/2021, em terras já demarcadas pelo INCRA em 2019 e, sem Consulta Prévia, moradores foram expropriados no dia 14 de outubro de 2021, tendo suas casas e plantações destruídos.

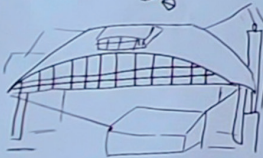
Imediatamente a comunidade acionou no MPF (Ministério Público Federal) e a ONG Terra de Direitos que pediram imediata revogação do despejo, a comunidade juntamente com movimentos sociais protestaram para que as famílias pudessem ter seus direitos garantidos, época que o site da Prefeitura de Barcarena ficou fora do ar, sendo uma ação realizada pelo grupo de ciberativistas Anonymous, como forma de protesto. E em 18 de fevereiro de 2022 com a determinação do Supremo Tribunal Federal, por decisão do ministro Edson Fachin, houve a paralização das obras, sendo essa uma conquista da resistência do Sítio Conceição, mas, o processo segue, pois as famílias não foram indenizadas e ainda estão sob ameaças de nova derrubada de casas.

A realidade que nós temos hoje foi imposta, éramos uma comunidade totalmente rural [...] a nossa base econômica era das práticas tradicionais. [...] a água do rio Murucupi hoje não é mais transparente, devido a poluição ao longo de sua existência [...]. Barcarena passa por um processo de morte dos rios e sua bacia hidrográfica sofre pelo “desenvolvimento industrial”. (Roberto Chipp, liderança da comunidade, 2022).

AMEAÇAS



GIMASIO DE BARCARENA

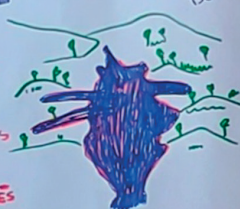


MINHA RUA TINHA MANGUEIRAS ONDE CANTAVA O SABIA MAS ANTES MINHA RUA ERAM AS TRILHAS DA FLORESTA.

ONDE EXISTIAM GRANDES ÁRVORES AONDE OS PÁSSAROS PODIAM CANTAR

MINHA ESTRADA ERAM OS RIBS ONDE OUTRORA EU PODIA NADAR. O MEU RIO ME ALIMENTAVA E ME MANTIA BEM, HOJE ELE MATA SE OLHAR A QUEM.

MEU AR ERA LIMPO. AO RESPIRAR EU SENTIA A PUREZA DA FLORESTA HOJE EU SINTO A FUMAÇA QUE VEM DAS FABRICAS



Potencialidades

• Pinturas

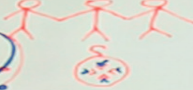


• Remédios naturais

• Plantas medicinais



• Associação da Comunidade Quilombola Sítio Conceição



• Artesanato

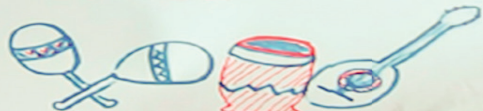
• Sítio Arqueológico
↳ fauna e flora

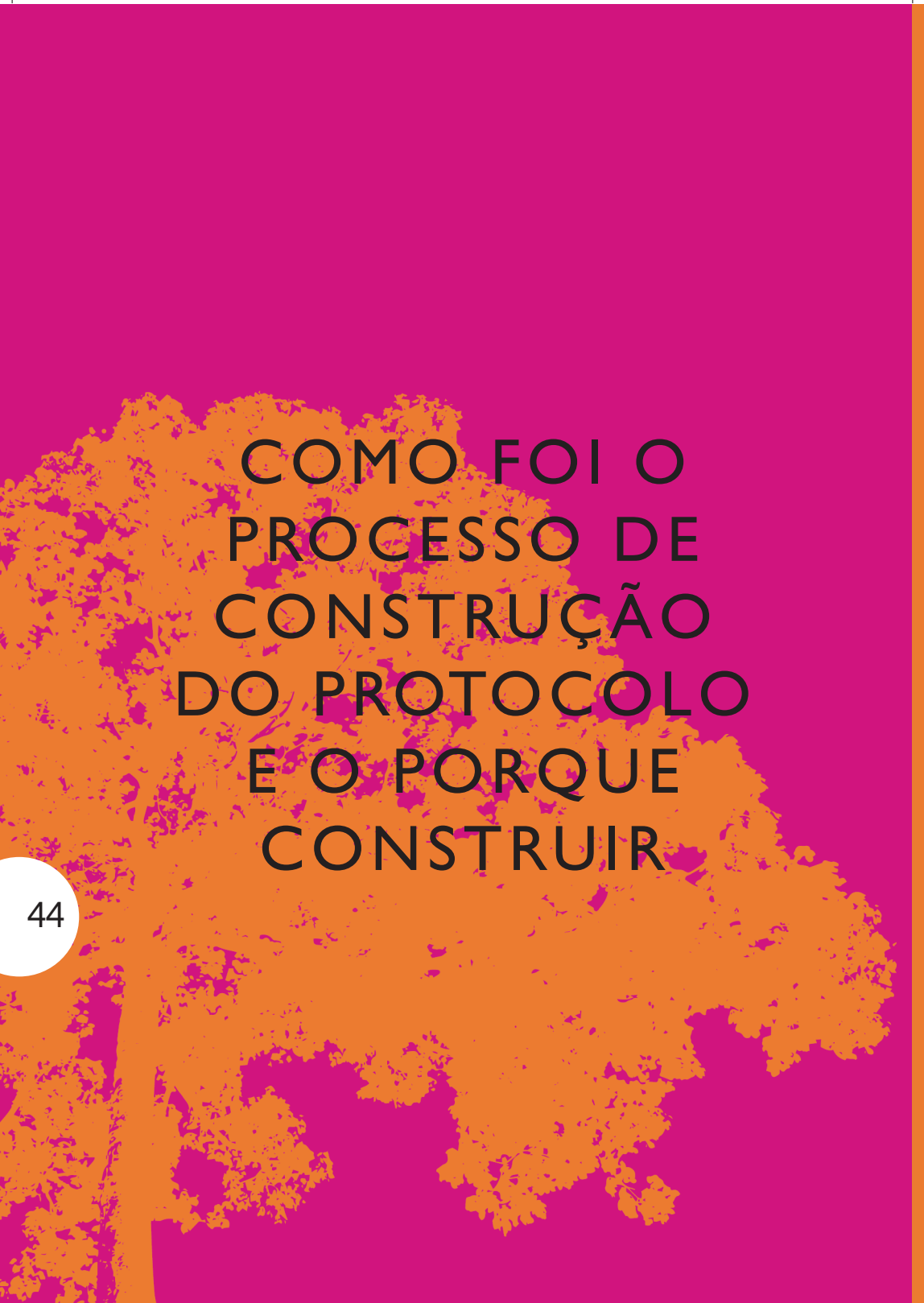
• Pancenias

(UFPA; FASE; MPF; MPE; DPE; CONAQ; MALUNGU; ETC...)

• Música

↳ Instrumentos rústicos





COMO FOI O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROTOCOLO E O PORQUE CONSTRUIR

44

O Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada (CPLI) do Território Quilombola Sítio Conceição contém as nossas regras, toda a comunidade precisa ter a consciência que não devemos só obedecer às regras que o estado nos impõe. O Protocolo nos dá essa oportunidade de estar criando as nossas regras, a partir da nossa autodefinição como quilombola.

Fonte: Acervo pessoal do Roberto Chipp, 2017





No Protocolo de Consulta, a gente tem oportunidade de reafirmar nossa identidade como um instrumento jurídico que pode nos dar suporte na garantia de direitos. Ele é uma ferramenta a mais para a nossa luta e acho bacana reafirmar a nossa identidade. Quando passamos pela Linha do Tempo a gente vai ver como era o Sítio Conceição e como se encontra hoje.”

Roberto Chipp; liderança da comunidade, 2022







“

O Protocolo é um documento do nosso Quilombo, as leis que regem o nosso território e é amparado por leis internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e pelo governo Federal nos dá direito.”

Alcemir Freitas, morador do Sítio Conceição, 2022

“

O protocolo é um documento que para nós é uma conquista e que nós trás o respeito a nossa terra e valoriza a nossa cultura, tradições e organização social . Serve como um instrumento de luta do nosso povo.”

Thiago Rocha morador do Sítio Conceição, 2022

QUADRO: ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DO P

ETAPAS

1º Encontro para a construção do Protocolo, construção da linha do tempo

2º Encontro para a construção do Protocolo

3º Encontro com o debate sobre a Convenção 169 da OIT e o direito a Consulta Livre e Informada

Reunião para retomar a construção do Protocolo CPLI

4º Encontro: Aprovação da assessoria da FASE e da UFPA para a Oficina de Identidade e território

5º Encontro: Oficina da linha do tempo – fortalecimento da identidade

6º Encontro: Oficina de construção do mapa de ameaças e potencialidades da comunidade

7º Encontro: Apresentação de dados parciais do mapa de ameaças e potencialidades

8º Encontro: Oficina da Convenção 169 e criação das regras da Consulta

9º Encontro: Aprovação do texto em Assembleia Geral

PROTOCOLO CPLI DO SÍTIO CONCEIÇÃO

DATA

09 de dezembro de 2017

29 de setembro de 2018

20 de outubro de 2018

23 de abril de 2022

14 e 15 de maio de 2022

04 e 05 de junho de 2022

20 e 21 de agosto de 2022

23 de setembro de 2022

24 e 25 de setembro de 2022

22 de outubro de 2022



“

A realidade que foi imposta pra nós, que reflete hoje e se a gente não reparar isso, se a gente não reparar essa questão das novas realidades, nós somos apagados definitivamente, e é isso que o sistema impõe. Apagamento de identidade é isso que é imposto cada vez que nós somos impedidos, cada vez que a gente dar lugar pra uma mineradora, cada vez que a gente dá lugar pro agronegócio, pra qualquer hidroelétrica, seja qual for está sendo imposto o nosso apagamento. No lugar da nossa cultura, da nossa identidade, do nosso território, das nossas práticas, a gente está sendo apagado, o que está acontecendo em Barcarena é isso”

Robertto Chipp, liderança da comunidade, 2022



COMO QUEREMOS SER CONSULTADOS

54

Nosso objetivo com a Consulta é a proteção da nossa comunidade, o reconhecimento de nossas terras. Que nossos direitos sejam respeitados pelas empresas privadas que vem se instalando em nosso território, bem como o estado e a prefeitura.

Direitos a ser respeitados: CF/1988; Decreto da Presidência da República nº 6040/2007; e os reconhecidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Sendo assim os segmentos que devem ser Consultados:

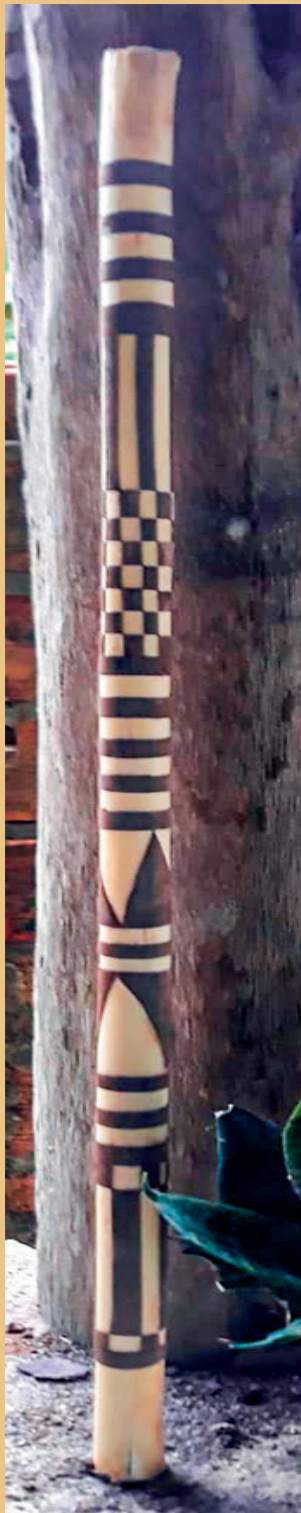
- A Associação da Comunidade Quilombola Sítio Conceição (ACOMQUISC) precisa ser Consultada **pelo direito de concordar ou não** com que for proposto a comunidade.
- Deverão ser Consultados(as) **as famílias, os jovens, as crianças e os idosos**, que devem ser chamados pela coordenação da Associação da comunidade para que todos contribuam para as ações, incluindo nossos parceiros, cujo o apoio

seja de nosso interesse.

- Deverão também ser Consultados **os quilombos vizinhos:** Sítio São Sebastião de Burajuba, Sítio São João, Sítio Ramal Cupuaçu/Boa Vista e Sítio Gibrié de São Lourenço, devido os laços ancestrais entre nossos Quilombos e memória coletiva com o Rio Murucupí.
- **As organizações do nosso território:** ACOMQUISC; Artesãs/ artesões (pinturas em telhas, crochê, e outras formas); Curandeiras/ curandeiros; Parteiras; Cozinheiras/ cozinheiros e Manicures.
- **Nossos Parceiros:** Gesterra/UFPA; NAEA/UFPA; Movimento Barcarena Livre; FASE; Fundo Dema; MALUNGU; TERRA DE DIREITOS; CONAQ; DPE; MPE e MPF participarão sem direito à voto.

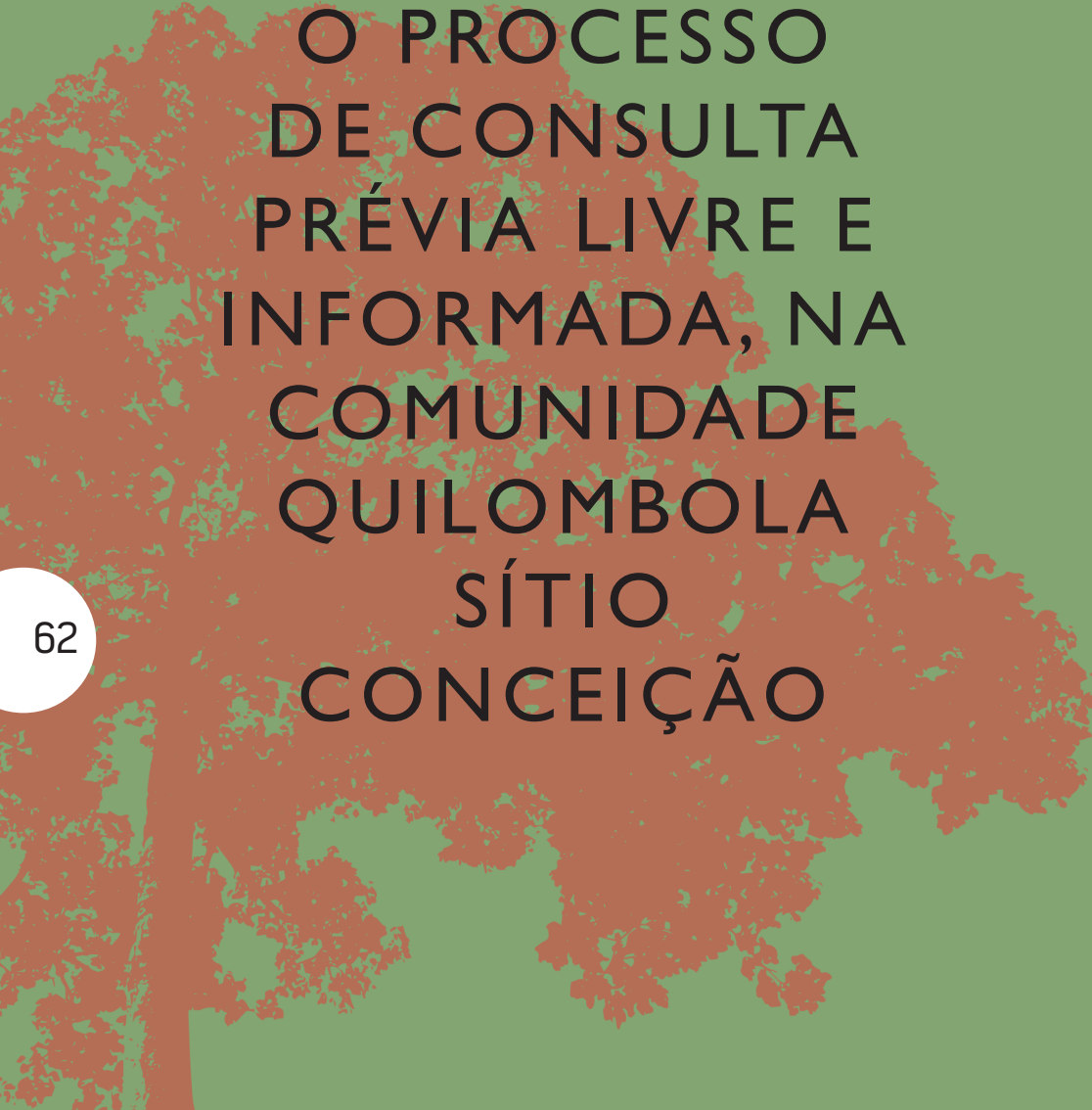












COMO DEVE SER
O PROCESSO
DE CONSULTA
PRÉVIA LIVRE E
INFORMADA, NA
COMUNIDADE
QUILOMBOLA
SÍTIO
CONCEIÇÃO

P **Passo 1**

O estado deve solicitar formalmente o processo de Consulta para a ACONQUISC **previamente** sobre qualquer medida administrativa e/ou legislativa que afete o nosso território. E disponibilizar todas as informações e documentos necessários, cópias legíveis (impresso) e por meio digital, sobre o que eles querem apresentar, com linguagem acessível, com dados atualizados.

Passo 2

A comunidade vai definir o tempo de resposta e chamar os parceiros escolhidos para análise das documentações recebidas.

Passo 3

Durante esse tempo de resposta serão feitas reuniões com a coordenação para informar a comunidade - famílias, jovens, crianças e idosos e quilombos vizinhos serão chamados para contribuir com as decisões.

Passo 4

Será construído um Plano para cada Consulta, com os custos de cada atividade que serão pagos pelo



governo e/ou poderes legislativos.

Passo 5

O Plano será apresentado às autoridades governamentais com as suas necessidades e demandas que deverão ser respeitadas e acatadas.

Passo 6

Após o processo de Consulta a comunidade quilombola Sítio Conceição terá autonomia para consentir ou vetar o projeto apresentado.





DISPOSIÇÕES GERAIS

66

Qual o coletivo que coordena a Consulta?

A diretoria executiva da Associação da Comunidade Quilombola Sítio Conceição (ACOM-QUISC)

Como nós tomamos as nossas decisões?

As decisões serão sempre tomadas COLETIVAMENTE, com TODOS da comunidade respeitando os pontos de vista e podendo reunir-se quantas vezes forem necessárias e, depois em assembleia geral os moradores do Sítio Conceição para a tomada de decisão final.

Quem paga os custos de todo o processo de Consulta?

Os custos deverão ser pagos pelo governo e/ou poderes legislativos (Federal, estadual, municipal).

Em quais períodos não podem ser realizadas as atividades de Consulta?

No mês da Consciência Negra e em outras datas co-





memorativas e festivas do Território Quilombola.

E se os governos não convocarem a Consulta, o que devemos fazer?

Pediremos suporte para os nossos parceiros, como: Ministério Público Federal e Estadual e a Defensoria Pública.

Quais são as regras que os agentes públicos e privados devem seguir para gravar, filmar, fotografar, fazer entrevista, pesquisas e estudos no/do território?

- Pedir permissão para a coordenação da ACOMQUISC;

70



- Esclarecer a comunidade para que vai servir;
- A coordenação do ACOMQUISC vai acompanhar os agentes nesse processo de filmagem, foto, entre outros.

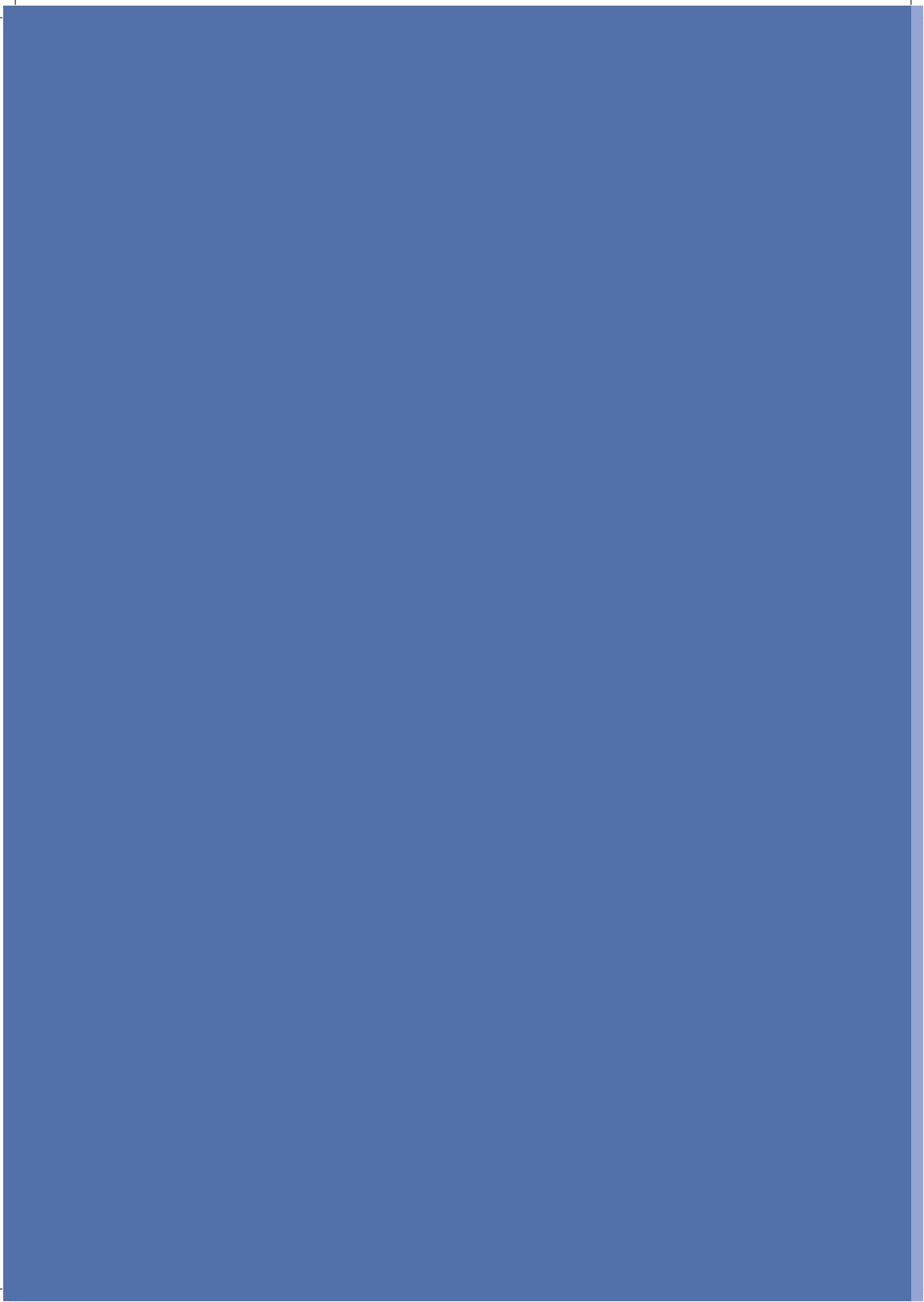
Será permitida a participação de agente de segurança privada ou pública no processo de Consulta?

NÃO será permitida a participação de agentes de segurança privada e pública no processo de Consulta Prévia Livre e Informada. Somente a nossa comunidade irá participar.

Onde serão realizadas as reuniões?

Todas as reuniões deverão ser realizadas onde a comunidade indicar.





Realização:



Parceiros:



Núcleo de Altos Estudos da Amazônia - NAEA/UFPA

Território Quilombola Gibríé

Território Quilombola Tauá

Território Quilombola Sítio São João

Território Quilombola Cupuaçu

Defensoria Pública do Pará - DPE

Apoio:



Funded by
European Union
Humanitarian Aid

